

**PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2011**

Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços públicos de captação, tratamento e distribuição de água e esgoto.

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar acrescido de inciso XXXIII com a seguinte redação:

“Art. 28. ....

XXXIII - serviços públicos de captação, tratamento e

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Longamente esperada, foi sancionada, em 05 de janeiro de 2007, a Lei nº 11.445, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o

saneamento básico. Uma das principais medidas previstas no projeto, inclusive com o aval do próprio Governo Federal da época, era um incentivo fiscal a investimentos para a expansão e melhoria dos serviços, por meio do aproveitamento do valor dos investimentos realizados como crédito de PIS/Pasep e Cofins. Infelizmente, essa medida foi vetada pelo Presidente da República, sob o argumento de que feria a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Logo após a aprovação da referida lei, todos os Governadores do País, inclusive eu, pleiteamos ao Governo Federal a isenção das referidas contribuições sociais em benefício das empresas prestadoras de serviços de saneamento, que, como se sabe, são, na sua maioria, estaduais. A intenção obviamente era a de permitir a ampliação dos investimentos no segmento, o que, aparentemente, teve boa acolhida do então Presidente da República. Infelizmente, tivemos mais uma decepção, pois nada foi feito nesse sentido.

A propósito, sobre a atuação do Governo Federal, embora, no papel, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tenha previsto um relativo aumento de investimentos na área de saneamento, a execução das obras não tem se desenvolvido com a velocidade nem o volume necessários. As cifras empregadas andam muito aquém dos investimentos anuais médios de R\$11,0 bilhões previstos no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) para atender às necessidades de investimentos na universalização dos serviços até o ano de 2024.

Enquanto isso, para fazer face à pesada carga tributária incidente, as empresas prestadoras de serviço de saneamento básico continuam transferindo boa parte da sua capacidade de investimento à União, maior beneficiário dos novos serviços criados, ao lado das populações mais carentes.

Especificamente em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, com os regimes não cumulativos estabelecidos em 2002 e 2003, o gasto tributário chega próximo a 8,0% das receitas das empresas do segmento. É importante alertar que, ao enquadrar o setor dentro desse novo regime em relação à antiga base da receita bruta, foi imposto um sacrifício muito mais duro do que da maioria dos outros setores da economia. Isto ocorreu porque é muito elevada a agregação de valor na produção e distribuição de água e esgotamento, ao contrário do que se passa na atividade industrial ou comercial, em geral, que sempre contempla uma

compra muito relevante de insumos para usar na produção fabril ou de mercadorias para posterior revenda. Faz-se mister, através deste projeto de lei, corrigir o equívoco que foi tratar igualmente todos os setores e acabar supondo que a estrutura de compras e receitas das concessionárias de saneamento fosse a mesma do resto da indústria, do comércio e mesmo dos serviços.

Ora, se a mais importante consequência da existência de saneamento básico é a diminuição de doenças e endemias, que tem reflexo direto sobre os gastos governamentais com saúde e previdência, não há lógica (a não ser a fiscal, é claro) em se tributar as receitas da prestação do serviço de saneamento.

Nesse sentido, o presente projeto visa fomentar a expansão da capacidade de investimentos das empresas prestadoras de serviços de saneamento, como estímulo à universalização de serviço público essencial, a fim de que se possa avançar no tratamento de água e esgoto, e na proteção, recuperação ou despoluição de corpos hídricos receptores de efluentes sanitários, sobretudo nas áreas mais carentes do País.

Este não é um projeto que visa apenas conceder benesses fiscais e para beneficiar o setor privado, sem retorno para o investimento público e nacional. Pelo contrário, a iniciativa, que dá às empresas prestadoras dos serviços capacidade financeira para expandi-los e melhorá-los, vem ao encontro dos anseios de toda a sociedade brasileira e merece a atenção de todos aqueles que têm a responsabilidade de legislar focados nas reais necessidades da nossa população. Tanto é assim que nas últimas eleições presidenciais os dois principais candidatos prometeram, durante suas campanhas, acabar com esta cobrança, o que ora estamos promovendo por meio deste projeto de lei.

Por fim, mesmo se tratando de um projeto de grande alcance social, em que a eventual renúncia fiscal seria amplamente compensada pelos ganhos sociais obtidos, em respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, informamos que, segundo informações da Associação das Empresas de Saneamento Básicos Estaduais (Aesbe) e de estudo realizado pela Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle desta Casa, a renúncia de receita prevista é de R\$ 2,42 bilhões em 2013 e R\$ 2,667 em 2014. Para 2015, estima-se que alcançaria R\$ 2,973 bilhões. Esta renúncia deverá ser incorporada, em forma de emenda, ao PLOA2013, para que se mantenha

inalterada a meta de resultado primário a ser prevista na Lei de Diretrizes Orçamentária de 2013.

Ante a importância da matéria no processo de resgate da dívida social do País, e objetivando a expansão e melhoria dos serviços públicos de captação, tratamento e distribuição de água e esgoto em nosso País, solicito apoio ao presente projeto, para que possamos, com a valiosa colaboração dos ilustres Senadores, aperfeiçoá-lo e aprová-lo.

Sala das Sessões,

Senador AÉCIO NEVES

## Legislação Citada

### **LEI N° 10.865, DE 30 DE ABRIL DE 2004.**

Art. 1º.....  
.....

Art. 28. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de: [\(Vide Lei nº 11.727, de 2008\) \(Vigência\)](#)

I - papel destinado à impressão de jornais, pelo prazo de 4 (quatro) anos a contar da data de vigência desta Lei ou até que a produção nacional atenda 80% (oitenta por cento) do consumo interno, na forma a ser estabelecida em regulamento do Poder Executivo; [\(Vide Lei nº 11.727, de 2008\)](#)

II - papéis classificados nos códigos 4801.00.10, 4801.00.90, 4802.61.91, 4802.61.99, 4810.19.89 e 4810.22.90, todos da TIPI, destinados à impressão de periódicos pelo prazo de 4 (quatro) anos a contar da data de vigência desta Lei ou até que a produção nacional atenda 80% (oitenta por cento) do consumo interno; [\(Vide Lei nº 11.727, de 2008\)](#)

III - produtos hortícolas e frutas, classificados nos Capítulos 7 e 8, e ovos, classificados na posição 04.07, todos da TIPI; e

IV - partes e peças da posição 88.03 destinadas aos veículos e aparelhos da posição 88.02 da NCM.

IV - aeronaves, classificadas na posição 88.02 da TIPI, suas partes, peças, ferramentais, componentes, insumos, fluidos hidráulicos, tintas, anticorrosivos, lubrificantes, equipamentos, serviços e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e montagem das aeronaves, seus motores, partes, componentes, ferramentais e equipamentos; [\(Redação dada pela Lei nº 10.925, de 2004\) \(Vigência\) \(Regulamento\)](#)

IV - aeronaves classificadas na posição 88.02 da Tipi, suas partes, peças, ferramentais, componentes, insumos, fluidos hidráulicos, tintas, anticorrosivos, lubrificantes, equipamentos, serviços e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização das aeronaves, seus motores, partes, componentes, ferramentais e equipamentos; [\(Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#)

V - semens e embriões da posição 05.11 da NCM. [\(Incluído pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#)

VI - livros, conforme definido no art. 2º da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003; [\(Incluído pela Lei nº 11.033, de 2004\)](#)

VII - preparações compostas não alcoólicas, classificadas no código 2106.90.10 Ex 01 da Tipi, destinadas à elaboração de bebidas pelas pessoas jurídicas industriais dos produtos referidos no art. 49 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. [\(Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005\) \(Vide pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#)

VIII - veículos novos montados sobre chassis, com capacidade para vinte e três a quarenta e quatro pessoas, classificados nos códigos 8702.90.10.00 Ex 02 e 8702.90.90.00 Ex 02, da TIPI, destinados ao transporte escolar para a educação básica na zona rural das redes estadual e municipal, que atendam aos dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, quando adquiridos por Estados, Municípios e pelo Distrito Federal, na forma a ser estabelecida em regulamento do Poder Executivo; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 382, de 2007\) \(Revogado pela Medida Provisória nº 392\)](#)

IX - embarcações novas, com capacidade para vinte a trinta e cinco pessoas, classificadas no código 8901.90.00 da TIPI, destinadas ao transporte escolar para a educação básica na zona rural das redes estadual e municipal, quando adquiridas por Estados, Municípios e pelo Distrito Federal, na forma a ser estabelecida em regulamento do Poder

Executivo. ([Incluído pela Medida Provisória nº 382, 2007](#))- ([Revogado pela Medida Provisória nº 392](#))

VIII - veículos novos montados sobre chassis, com capacidade para 23 (vinte e três) a 44 (quarenta e quatro) pessoas, classificados nos códigos 8702.90.10 Ex 02 e 8702.90.90 Ex 02, da TIPI, destinados ao transporte escolar para a educação básica na zona rural das redes estadual e municipal, que atendam aos dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, quando adquiridos por Estados, Municípios e pelo Distrito Federal, na forma a ser estabelecida em regulamento do Poder Executivo; ([Redação dada pela Lei nº 11.529, de 2007](#))

IX - embarcações novas, com capacidade para 20 (vinte) a 35 (trinta e cinco) pessoas, classificadas no código 8901.90.00 da TIPI, destinadas ao transporte escolar para a educação básica na zona rural das redes estadual e municipal, quando adquiridas por Estados, Municípios e pelo Distrito Federal, na forma a ser estabelecida em regulamento do Poder Executivo. ([Redação dada pela Lei nº 11.529, de 2007](#))

VIII - veículos novos montados sobre chassis, com capacidade para 23 (vinte e três) a 44 (quarenta e quatro) pessoas, classificados nos códigos 8702.10.00 Ex 02 e 8702.90.90 Ex 02, da TIPI, destinados ao transporte escolar para a educação básica na zona rural das redes estadual e municipal, que atendam aos dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, quando adquiridos pela União, Estados, Municípios e pelo Distrito Federal, na forma a ser estabelecida em regulamento do Poder Executivo; ([Redação dada pela Medida Provisória nº 413, de 2008](#))

IX - embarcações novas, com capacidade para 20 (vinte) a 35 (trinta e cinco) pessoas, classificadas no código 8901.90.00 da TIPI, destinadas ao transporte escolar para a educação básica na zona rural das redes estadual e municipal, quando adquiridas pela União, Estados, Municípios e pelo Distrito Federal, na forma a ser estabelecida em regulamento do Poder Executivo. ([Redação dada pela Medida Provisória nº 413, de 2008](#))

VIII – veículos novos montados sobre chassis, com capacidade para 23 (vinte e três) a 44 (quarenta e quatro) pessoas, classificados nos códigos 8702.10.00 Ex 02 e 8702.90.90 Ex 02 da Tipi, destinados ao transporte escolar para a educação básica das redes estadual e municipal, que atendam aos dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, quando adquiridos pela União, Estados, Municípios e pelo Distrito Federal, na forma a ser estabelecida em regulamento do Poder Executivo; ([Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008](#))

IX – embarcações novas, com capacidade para 20 (vinte) a 35 (trinta e cinco) pessoas, classificadas no código 8901.90.00 da Tipi, destinadas ao transporte escolar para a educação básica das redes estadual e municipal, quando adquiridas pela União, Estados, Municípios e pelo Distrito Federal, na forma a ser estabelecida em regulamento do Poder Executivo; ([Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008](#))

X – partes, peças e componentes, destinados ao emprego na construção, conservação, modernização e conversão de embarcações registradas ou pré-registradas no Registro Especial Brasileiro. ([Incluído pela Medida Provisória nº 428, de 2008](#))

X - materiais e equipamentos, inclusive partes, peças e componentes, destinados ao emprego na construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações registradas ou pré-registradas no Registro Especial Brasileiro; ([Incluído pela Lei nº 11.774, de 2008](#))

XI – veículos e carros blindados de combate, novos, armados ou não, e suas partes, produzidos no Brasil, com peso bruto total até 30 (trinta) toneladas, classificados na posição 8710.00.00 da Tipi, destinados ao uso das Forças Armadas ou órgãos de segurança pública brasileiros, quando adquiridos por órgãos e entidades da administração pública direta, na forma a ser estabelecida em regulamento; ([Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008](#))

XII – material de defesa, classificado nas posições 87.10.00.00 e 89.06.10.00 da Tipi, além de partes, peças, componentes, ferramentais, insumos, equipamentos e matérias-primas a serem empregados na sua industrialização, montagem, manutenção, modernização e conversão; ([Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008](#))

XIII – equipamentos de controle de produção, inclusive medidores de vazão condutivímetros, aparelhos para controle, registro, gravação e transmissão dos quantitativos medidos, quando adquiridos por pessoas jurídicas legalmente obrigadas à sua utilização, nos termos e condições fixados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto às suas especificações técnicas. ([Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008](#)) ([Produção de efeitos](#))

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará o disposto no inciso IV do caput deste artigo. ([Incluído pela Lei nº 10.925, de 2004](#))

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará o disposto nos incisos IV, X e XIII do caput deste artigo. ([Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008](#)) ([Produção de efeitos](#))

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará o disposto nos incisos IV e X do caput deste artigo. ([Redação dada pela Medida Provisória nº 428, de 2008](#)) ([Vide Lei nº 11.727, de 2008](#))

XIV - produtos classificados na posição 87.13 da Nomenclatura Comum do Mercosul-NCM. ([Incluído pela Lei nº 11.774, de 2008](#))

XV - artigos e aparelhos ortopédicos ou para fraturas classificados no código 90.21.10 da NCM; ([Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009](#)) ([Produção de efeito](#))

XVI - artigos e aparelhos de próteses classificados no código 90.21.3 da NCM; ([Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009](#)) ([Produção de efeito](#))

XVII - almofadas antiescaras classificadas nos Capítulos 39, 40, 63 e 94 da NCM. ([Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009](#)) ([Produção de efeito](#))

XVIII - bens relacionados em ato do Poder Executivo para aplicação nas Unidades Modulares de Saúde de que trata o Convênio ICMS nº 114, de 11 de dezembro de 2009, quando adquiridos por órgãos da administração pública direta federal, estadual, distrital e municipal. ([Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010](#))

XIX - projetores para exibição cinematográfica, classificados no código 9007.2 da NCM, e suas partes e acessórios, classificados no código 9007.9 da NCM. ([Incluído pela Medida Provisória nº 491, de 2010](#)) ([Sem eficácia](#))

XX - serviços de transporte ferroviário em sistema de trens de alta velocidade (TAV), assim entendido como a composição utilizada para efetuar a prestação do serviço público de transporte ferroviário que consiga atingir velocidade igual ou superior a 250 km/h (duzentos e cinqüenta quilômetros por hora). ([Incluído pela Medida Provisória nº 497, de 2010](#))

XX – serviços de transporte ferroviário em sistema de trens de alta velocidade (TAV), assim entendido como a composição utilizada para efetuar a prestação do serviço público de transporte ferroviário que consiga atingir velocidade igual ou superior a 250 km/h (duzentos e cinqüenta quilômetros por hora). ([Incluído pela Lei nº 12.350, de 2010](#))

XXI - projetores para exibição cinematográfica, classificados no código 9007.2 da NCM, e suas partes e acessórios, classificados no código 9007.9 da NCM. ([Incluído pela Medida Provisória nº 545, de 2011](#))

XXII - produtos classificados nos códigos 8443.32.22, 8469.00.39 Ex 01, 8714.20.00, e 9021.40.00, todos da TIPI; ([Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011](#)).

XXIII - calculadoras equipadas com sintetizador de voz classificadas no código

8470.10.00 da TIPI; ([Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011](#)).

XXIV - teclados com colmeia classificados no código 8471.60.52 da TIPI; ([Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011](#)).

XXV - indicadores ou apontadores - **mouses** - com entrada para acionador classificados no código 8471.60.53 da TIPI; ([Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011](#)).

XXVI - linhas braile classificadas no código 8471.60.90 da TIPI; ([Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011](#)).

XXVII - digitalizadores de imagens - **scanners** - equipados com sintetizador de voz classificados no código 8471.90.14 da TIPI; ([Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011](#)).

XXVIII - duplicadores braile classificados no código 8472.10.00 da TIPI; ([Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011](#)).

XXIX - acionadores de pressão classificados no código 8471.60.53 da TIPI; ([Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011](#)).

XXX - lupas eletrônicas do tipo utilizado por pessoas com deficiência visual classificadas no código 8525.80.19 da TIPI; ([Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011](#)).

XXXI - implantes cocleares classificados no código 9021.90.19 da TIPI; e ([Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011](#)).

XXXII - próteses oculares classificadas no código 9021.90.89 da TIPI. ([Incluído pela Medida Provisória nº 549, de 2011](#)).

~~Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará o disposto nos incisos IV, X, XIII e XIV do caput deste artigo. ([Redação dada pela Lei nº 11.774, de 2008](#))~~

~~Parágrafo único. O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto nos incisos IV, X, XIII e XIV a XVII do caput deste artigo. ([Redação dada pela Lei nº 12.058, de 2009](#)) ([Produção de efeito](#))~~

~~Parágrafo único. O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto nos incisos IV, X e XIII a XVIII do caput deste artigo. ([Redação dada pela Lei nº 12.249, de 2010](#))~~

~~§ 1º O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto nos incisos IV, X e XIII a XIX do caput deste artigo ([Renumerado do parágrafo único, com nova redação pela Medida Provisória nº 491, de 2010](#)) ([Sem eficácia](#))~~

~~§ 2º Durante o exercício de 2010, a redução de alíquota de que trata o inciso XIX do caput deste artigo somente se aplicará aos projetos referentes a implantação de novas salas de exibição. ([Incluído pela Medida Provisória nº 491, de 2010](#)) ([Sem eficácia](#))~~

~~Parágrafo único. O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto nos incisos IV, X e XIII a XXI do caput. ([Redação dada pela Medida Provisória nº 545, de 2011](#))~~

~~Parágrafo único. O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto nos incisos IV, X e XIII a XXXII do caput. ([Redação dada pela Medida Provisória nº 549, de 2011](#)).~~